

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Educação:

APROVADO na **Comissão de Educação** o **parecer favorável** do relator, deputado Comte Bittencourt, ao **Projeto de Lei nº 475/2015**, de autoria do deputado Benedito Alves, que "Autoriza o Poder Executivo a criar nas escolas públicas e particulares de ensino do Estado do Rio de Janeiro, Programas de Esclarecimentos sobre a alergia alimentar, seus sintomas, suas consequências, os cuidados a serem tomados e as formas de tratamento".

APROVADO na **Comissão de Educação** o **parecer** do relator, deputado Comte Bittencourt, ao **Projeto de Lei nº 707/2015**, de autoria do então deputado Dr. Sadinoel, que "Institui o procedimento a ser adotado pelas instituições de ensino no estado do Rio de Janeiro em caso de prática de "bullying", favorável, **com as emendas da CCJ**¹

APROVADO na **Comissão de Educação** o **parecer favorável** do relator, deputado Comte Bittencourt, ao **Projeto de Lei nº 1489/2016**, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, que "Dispõe sobre a docência em artes, na educação básica, em escolas públicas e particulares, no âmbito do estado do Rio de Janeiro".

APROVADO na **Comissão de Ciência e Tecnologia** o **parecer favorável** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 824/2015**, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que "Permite a realização de parcerias de pessoas físicas e jurídicas com escolas públicas estaduais no âmbito da ciência e tecnologia no estado do Rio de Janeiro". (A proposta permite a realização de parcerias entre pessoas físicas/jurídicas e escolas públicas estaduais do Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino na rede pública estadual através da disseminação da ciência e tecnologia no estado)33w.

APROVADO na **Comissão de Educação** o **parecer contrário** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 1163/2015**, de autoria do deputado Jorge Felipe Neto, que "Altera a Lei nº 4528, de 28 de março de 2005, que estabelece as diretrizes para a organização do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro – no ensino publico / privado".

Saúde:

APROVADO na **Comissão de Servidores Públicos** o **parecer favorável** do relator, deputado Paulo Melo, ao **Projeto de Lei nº 1806/2016**, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que "Institui o programa de conscientização, combate e prevenção contra a violência aos profissionais, nas unidades de saúde públicas e privadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro".

¹ CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

Indústria Criativa

APROVADO na **Comissão de Cultura** o **parecer favorável** do relator, deputado Comte Bittencourt, ao **Projeto de Lei nº 1179/2015**, de autoria da deputada Marcia Jeovani, que "Institui política estadual de incentivo à economia criativa".

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:**ATOS DO PODER LEGISLATIVO:****AGORA É LEI:**

Publicação no DO-I de 26/12/16

LEI Nº 7.501 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Oriunda do Projeto de Lei nº 983/15

Autor: deputado Dr. Sadinoel

Classifica Cachoeira de Macacu como município de interesse turístico. (fl. 1).

Publicação no DO-I de 30/12/16

LEI COMPLEMENTAR Nº 175, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Oriunda do Projeto de Lei Complementar nº 37/16

Autor: Poder Executivo

Proíbe a concessão de anistia ou remissão tributária pelo período que especifica, e dá outras providências. → Sancionado com vetos parciais (fl. 1).

LEI Nº 7.504 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Oriunda do Projeto de Lei 2243/16

Autor: Poder Executivo

Altera o Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, e dá outras providências. Cria modelo de intimação eletrônica para cobranças de devedores da Fazenda Estadual. (fl. 1).

LEI Nº 7.506 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Oriunda do Projeto de Lei 2248/16

Autor: Poder Executivo

Acrescenta dispositivo à Lei nº 5628, de 29 de dezembro de 2009, e dá outras providências. (Limita o Bilhete Único par 150 reais de desconto por mês). → Sancionado com veto parcial (fl. 2).

LEI Nº 7.507 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Oriunda do Projeto de Lei 2249/16

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre o limite para pagamento de obrigações de pequeno valor de que trata o 21 § 3º do artigo 100 da Constituição Federal e altera a Lei Estadual nº 56781, de 01 de julho de 2010.

Publicação no DO-I de 30/12/2016

LEI Nº 7.508 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

Autor: Poder Executivo

Altera os artigos 14 e 24 da Lei nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996, para promover alterações de alíquotas do ICMS, e dá outras providências. Sancionado com veto parcial, dispositivo vetado: artigo 4º.

Publicação no DO-I de 06/01/2017

LEI Nº 7.509 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

Oriundo do Projeto de Lei nº 789/2015

Autor: deputado Jorge Picciani

Dispõe sobre o registro e a comunicação dos nascimentos de crianças com Síndrome de Down nos hospitais do estado do Rio de Janeiro. (fl. 1).

Obs: Sancionado com veto parcial – dispositivo vetado art. 3º.

Publicação no DO-I de 11/01/2017

LEI Nº 7.510 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Oriunda do Projeto de Lei nº 1265/2015

Autor: deputado Dionísio Lins

Dispõe sobre a utilização de embalagens retornáveis para acondicionamento, transporte e comercialização de frutas, verduras e de legumes com a devida higienização nas centrais e abastecimento do estado do Rio de Janeiro. (fl. 1).

LEI Nº 7.511 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Oriunda do Projeto de Lei nº 1967/2016

Autor: deputado Thiago Pampolha

Modifica a Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Estadual do Ambiente – INEA e sobre outras providências para maior eficiência na execução das políticas estaduais de meio ambiente, de recursos hídricos e florestais. (fl. 1).

LEI Nº 7.512 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Oriunda do Projeto de Lei nº 2120/2016

Autora: Deputada Zeidan

Classifica Quissamã como “município de interesse turístico”. (fl. 1)

LEI Nº 7.513 DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Oriunda do Projeto de Lei nº 430/2015

Autor: deputado Paulo Ramos

Dispõe sobre a prestação de informações por estabelecimentos que comercializam veículos automotores novo ou usados. Sancionado com vetos parciais. Dispositivos vetados: Item I do artigo 1º, Item I do artigo 2º.

Publicação no DO-I de 26/12/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2016

Oriunda do Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2016

Autor: Deputado André Ceciliano

Susta os efeitos do Decreto nº 41142, de 23 de janeiro de 2008

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Ato do Governador:

Publicação no DO-I de 19/12/2016

DECRETO Nº 45.859 de 16 de dezembro de 2016

Altera o Regulamento do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, aprovado pelo Decreto nº 3.893, de 22 de janeiro de 1981, com as alterações introduzidas pelos Decretos nºs 22.490/96, 22.637/96, 32.559/02, 39.683/206, 40.223/06, 41.920/09, 42.156/09, 42.868/11, 44.453/13, 45.589/16 e 15.620/16.

Publicação no DO-I de 20/12/2016

DECRETO Nº 45.865 de 19 de dezembro de 2016

Regulamenta a Lei Estadual nº 6.892, de 23/09/2014, que dispõe sobre o fomento à diversidade cultural por meio de incentivo às rádios e TVs comunitárias através da destinação para estas emissoras de um percentual das verbas destinadas pelo Governo e de publicidade, e dá outras providências.

Publicação no DO-I de 30/12/2016

DECRETO Nº 45.877 de 29 de dezembro de 2016

Orienta a observância das normas de governança para as empresas públicas e sociedades de economia mista e as subsidiárias, na forma do § 3, do artigo 1º, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (fl. 3).

Publicação no DO-I de 30/12/2016

DECRETO Nº 45.882 de 30 dezembro de 2016

Dá nova redação ao art. 4º o Decreto nº 45.607/2016, para alterar a carga tributária incidente nas operações internas com cigarro, charuto, cigarrilha, fumo e artigo correlato. (fl. 1).

ATO DO SECRETÁRIO DE ESTADO:

Publicação no DO-I de 19/12/16 -

Secretaria de Estado de Fazenda

Resolução SEFAZ nº 1043 de 15 de dezembro de 2016

Altera as disposições relativas ao uso de Sistema Eletrônico de Processamento de Dados (SEPD), constantes da Resolução SEFAZ 720/14, e dá outras providências. (fls. 4/5). → Republicado no DO-I de 26/12/16 por ter saído com incorreções.

Publicação no DO-I de 26/12/16

Secretaria de Estado de Fazenda

Resolução SEFAZ nº 1047 de 21 de dezembro de 2016

Altera a Resolução SEFAZ nº 720/2014, estabelecendo nova data para apresentação da guia de informação e apuração do ICMS (GIA-ICMS) e dá escrituração fiscal digital ICMS/IPI (EFD ICMS/IPI).

Publicação no DO-I de 28/12/16

Resolução SEFAZ nº 1048 de 26 de dezembro de 2016

Fixa o valor da UFIR-RJ para o exercício de 2017 (o Valor da UFIRJ-RJ para o exercício de 2017, será de R\$ 3.1999 (três reais e mil novecentos e noventa e nome décimos de milésimos).(fl.4).

Resolução SEFAZ nº 1049 de 26 de dezembro de 2016

Fixa o valor venal de tratores, e máquinas similares, usados para a apuração, o lançamento e a cobrança pelo estado do Rio de Janeiro do IPVA relativo ao exercício de 2017, e dá outras providências. (fl. 4).

Resolução SEFAZ nº 1050 de 26 de dezembro de 2016

Suspende os processos de concessão, ampliação ou renovação de benefício fiscal ou financeiro em favor da sociedade empresária, e dá outras providências. (fl 5).

Publicação no DO-I de 30/12/16

Resolução SEFAZ nº 1051 de 28 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a base de cálculo da substituição tributária do ICMS nas operações com cerveja, chope, água mineral, refrigerantes, bebidas hidroeletrólíticas (isotônicas) e energéticas. (fl. 23 a 27). → Republicado no DO-II de 3/1/17. (republicação no DO-I de 11/01/16 – fls. 3 a 7).

Publicação no DO-I de 28/12/16

*Subsecretaria de Receita
Superintendência de Tributação*

Portaria SUT nº 21 de 26 de dezembro de 2016

Divulga os preços das mercadorias de que trata o Livro IV do RICMS/2000, para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2017. (aumento da gasolina, gás, querosene, álcool, gás natural). (fl. 5).

Superintendência de Arrecadação

Portaria SUT nº 14 de 27 de dezembro de 2016

Divulga os valores atualizados das taxas de serviços estaduais para o exercício de 2017 (fl. 5 a 7).

Subsecretaria-Adjunta de Fiscalização

Portaria SAF nº 2184 de 22 de dezembro de 2016

Altera a tabela constante do Anexo VII (Da Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI) DA Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14, que consolida a legislação tributária relativa ao cumprimento das obrigações acessórias do ICMS. (fl.4).

Portaria SAF nº 2185 de 22 de dezembro de 2016

Altera a tabela constante do Anexo VII da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14. (normas relativas à EFD). (Fl. 4).

Publicação no DO-I de 22/12/16

Secretaria de Estado do Ambiente

*Instituto Estadual do Ambiente
Conselho Estadual de Recursos Hídricos*

Resolução CERHI-RJ nº 161 de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos região hidrográfica IV Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabopoana. (fl. 22).

Resolução CERHI-RJ nº 162 de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos região hidrográfica III - Comitê Médio Paraíba do Sul e Itabopoana. (fl. 22).

Resolução CERHI-RJ nº 163 de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos região hidrográfica IV - Comitê Piabanha. (fls. 16/17)

Resolução CERHI-RJ nº 164 de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos região hidrográfica V - Comitê Baía de Guanabara. (fl. 17)

Resolução CERHI-RJ nº 165 de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos região hidrográfica I - Comitê Baía de Ilha Grande (fl. 19)

Resolução CERHI-RJ nº 166 de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos região hidrográfica VIII - Comitê Baía de Macaé e Rio das Ostras (fl. 19).

Resolução CERHI-RJ nº 167 de dezembro de 2016

Aprova o novo Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Revoga o anterior. (fls. 17 a 19).

Resolução CERHI-RJ nº 169 de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a indicação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das funções de Agência de Água, tendo como interveniente o Comitê da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá Região Hidrográfica V. (fl. 19).

Resolução CERHI-RJ nº 170 de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de Agência de Água do Comitê da Baía de Guanabara e dos Sistemas lagunares de Maricá e Jacarepaguá (fl.19).

Resolução CERHI-RJ nº 171 de 14 de dezembro de 2016

Aprova o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos financeiros no FUNDRHI da subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu. (fl. 19).

Resolução CERHI-RJ nº 172 de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de Agência de Água do Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Guandu, da Guarda e Guandu Mirim – Região Hidrográfica II. (fl. 19)

Resolução CERHI-RJ nº 173 de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água dos Comitês de Bacia das Regiões Hidrográficas do Meio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do Rio Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. (fl. 19).

Resolução CERHI-RJ nº 174 de 14 de dezembro de 2016

Revoga o Parágrafo Único do artigo 1º da Resolução CERHI-RJ nº 158 que dispõe sobre a prorrogação do mandato de plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídrico – CCCERHI-RJ. (fl. 20).

Resolução CERHI-RJ nº 175 de 14 de dezembro de 2016

Revoga a Delegação das funções de Agência de Água concedida a Fundação Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão deputado Ultimo de Carvalho – FADUC e, a Associação Águas da Baía de Guanabara – AABG para atuarem junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande e da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, respectivamente. (fl. 20).

Publicação no DO-I de 04/12/16

Secretaria de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 1480 de 27 de dezembro de 2016

Aprova relação de documentos necessários para a regularização de estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária e dá outras providências no âmbito do estado do Rio de Janeiro. (fls. 4 a 9).

NOTA:

Os deputados, abaixo citados, foram diplomados Prefeitos, a saber:

- **Carlos Augusto** – Prefeito Município Rio das Ostras – Tomou posse: Atila Nunes Pereira Filho (Partido PSL)
- **Farid Abrão** – Prefeito Município de Nilópolis – Tomou posse: Geraldo Moreira da Silva (Coligação: PTB/PTN)
- **Dr. Sadinoel** – Prefeito do Município de Itaboraí – Tomou posse: Gilberto Palmares (Partido: PT)
- **Waguinho** – Prefeito do Município de Belford Roxo – Tomou Posse: Jairo Souza Santos (Partido: PMDB)
- **Bernardo Rossi** – Prefeito de Petrópolis – Tomou posse: Jorge Moreira Theodoro (Partido: PMDB)
- **Rogério Lisboa** – Prefeito de Nova Iguaçu – Tomou posse: Marco Antonio Pereira de Figueiredo (Coligação: PR/PROS)
- **Jose Luiz Nanci** – Prefeito do Município de São Gonçalo – Tomou posse: Silas Rodrigues Bento (Coligação: PSDB/PPS/DEM)
- **Márcio Canella** – Prefeito de Belford Roxo - Tomou posse: Gothardo Lopes Netto (partido: PSL)

Encontram-se licenciados os deputados:

- ➔ Pedro Fernandes (Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Suplente: Fatinha - SDD);
- ➔ André Lazoni (Secretário de Estado de Cultura – Suplente: Ana Paula Rechuan - PMDB);
- ➔ Jair Bittencourt (Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – Suplente: Gil Viana - PSB); e
- ➔ Thiago Pampolha (Secretário de Estado de Esporte, Lazer e Juventude – Suplente: Aramis Brito – PHS).

Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.